

A INVERSÃO ECONÔMICA DA ORDEM DO TEMPLO

Maria Helena Abrantes Pitta*

Diogo Rodrigues dos Santos**

RESUMO

O problema elaborado neste artigo tem como objetivo fazer com que o leitor entenda como se desenvolveu a inversão econômica da Ordem do Templo, como deixaram de serem pobres cavaleiros para se tornarem a maior economia da Europa. Este artigo disserta sobre a economia da Ordem do Templo por meio da análise do Concílio de Troyes, mais precisamente do Parágrafo 57 da Norma Primária. O objetivo do trabalho é fazer com que o leitor compreenda a importância do Concílio, dissertando sobre a Ordem do Templo antes e depois do Concílio de Troyes. A metodologia usada foi a base de pesquisas e análises de textos da época e de especialistas da área medieval. O resultado alcançado foi que o Concílio foi primordial para a sobrevivência da Ordem e para a inversão econômica, passando de uma pobre Ordem para uma rica e influente Ordem do catolicismo.

Palavras-chave: Ordem do Templo. Concílio de Troyes. Inversão econômica. Catolicismo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura analisar o desdobramento que a Ordem do Templo tomou durante toda a sua existência, analisando a mudança dos ideais e do aspecto político e econômico por meio dos bens adquiridos após o Concílio de Troyes, procurando analisar os empreendimentos econômicos que fizeram a Ordem se tornar extremamente rica e influente. Esta pesquisa visa à economia e à política da Ordem pelo mundo, deixando de lado todos os aspectos místicos das insígnias religiosas e do aspecto militar que tanto influenciou pesquisadores contemporâneos ao analisar a Ordem do Templo.

Antes de dissertar sobre a Ordem do Templo devem-se retroceder alguns séculos para compreender a memória coletiva que se formou em defesa da Terra Santa, pois foi devido a essa formação mental que se elaboraram as Cruzadas. Primeiro será contextualizada a mentalidade cristã e a Primeira Cruzada para depois desdobrar até a criação dos Templários. A Ordem não surgiu do nada, e o seu grande empreendimento econômico foi criado para defender essa mentalidade Cristã.

Em 1119 surgiu a Ordem dos Cavaleiros do Templo de Salomão ou apenas Cavaleiros Templários, que nasceu do acordo entre nove nobres cavaleiros francos e o Rei de Jerusalém, num pacto parecido com o Feudo-Vassálico. Uma Ordem que nascia com o objetivo de proteger

*Mestre em História Antiga e Medieval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor de História do Centro Universitário Augusto Motta; mhgamalla@yahoo.com.br

**Graduado em licenciatura plena em História pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM); dioguinho_jpa_19@hotmail.com

os peregrinos católicos no Oriente, mais especificadamente na estrada entre o porto de Jafa e Jerusalém, e que viveria nos nove primeiros anos na pura dependência do rei de Jerusalém e desta forma ficaria até a elaboração do Concílio de Troyes.

No Concílio a Ordem consegue a aceitação da norma primária e a aprovação papal. Era o suficiente para recrutar novos membros e adquirir bens materiais. Isto fez com que a Ordem do Templo se tornasse uma grande potência econômica e política no Ocidente e no Oriente Católico. A partir do Concílio começou gradativamente a articular empreendimentos para acúmulo de riquezas, com isso teve a capacidade de financiar várias cruzadas além de fazer empréstimos para os reis cristãos. A Ordem viveu nos seios cristãos por quase dois séculos e se tornou a mais rica e influente Ordem Político-militar do mundo Católico, e esse status durou até 1314, quando depois de sete anos de julgamento recebeu um duro golpe, a supressão.

Para a elaboração do trabalho foi consultada a bibliografia de historiadores medievais especializados na Ordem do Templo, como Edward Burman (2011), Ph. D. Karen Ralls (2006) e Alain Demurger (2010), além de fontes primárias como documento de época do arcebispo Guilherme de Tiro e uma tradução da Regra Primária de 1128. Para contextualizar o período e entender a mentalidade e o caminho que seguiu o catolicismo nesta época foram usados textos de Hilário Franco Jr. (1986, 1989, 1999, 2001), Marc Bloch (2009), Jacques Le Goff (1990, 2005, 2007a, 2077b), Fernand Braudel (1987) e Georges Duby (1978, 1989, 1994).

O objetivo deste artigo é mostrar para o leitor a importância do Concílio de Troyes para a sobrevivência da Ordem, invertendo o seu *status* econômico, e assim ajudar a compreender seus movimentos econômicos que fizeram dominar de forma brilhante todo o cenário Católico.

2 A CRIAÇÃO DA ORDEM E OS NOVE ANOS INICIAIS

Antes de entrar de fato no surgimento da Ordem do Templo é preciso retroceder alguns séculos e compreender dois importantes fatores. O primeiro é o motivo da guerra em Jerusalém e o segundo é a legalidade dessa guerra contra os infiéis. É necessária a compreensão para contextualizar o movimento religioso que ocorreu na Idade Média. A Ordem do Templo não surgiu por acaso, ela vem do desdobramento das necessidades do catolicismo no Oriente.

Primeiro será abordada a importância de Jerusalém para a cristandade Católica. A resposta é que Jerusalém é um território sagrado para três religiões: A judaica, a católica e a islâmica. Cada religião acreditava que a sua tinha o direito sobre a Terra Santa, por causa disso cria-se a luta pelo domínio de Jerusalém, que desde 634 estava em mãos islâmicas. No âmbito católico a invasão da região será respaldada pela Guerra Santa, estava na hora de retomar a terra de Cristo, que vivia em mãos heréticas. Não se podem esquecer as questões política e econômica que levaram alguns reis, nobres e servos à Cruzada, como observa Hilário Franco Jr em seu livro “As Cruzadas”, de 1989. Porém, não se entrará a fundo neste tema, pois se concorda com a sua posição, mas corrobora-se a ideia de que as Cruzadas foram predominantemente um movimento formado pela mentalidade religiosa.

O segundo fator importante é a legalidade da guerra. A guerra para o cristão primitivo é condenada, a violência é ilícita. Porém surge uma visão no século IV, após a conversão do Império Romano para Império Cristão, que afirma que a guerra nem sempre é ilícita, a guerra “justa” é aquela cujo objetivo é manter um direito, essa é permitida. Era o direito de reaver as terras do

senhor que foram “tomadas ilicitamente pelos infiéis”. Em troca da luta os Cavaleiros teriam a recompensa espiritual, o perdão. Lutar por Cristo fez mudar o termo de Guerra Justa para Guerra Santa. Esse argumento legitimou religiosamente os atos que viriam a ser as Cruzadas e as ações das ordens religiosas. A guerra continuará sendo um ato ruim, porém necessário.

Para contextualizar o período pré-cruzada, deve-se observar a questão da Guerra Santa como a formação da memória coletiva em prol da obtenção da salvação por meio da luta armada. Essa memória foi incendiada pelo discurso de Urbano II no Concílio de Clermont, em 1095, fato ocorrido como o desdobramento da “Paz de Deus”. O discurso incentivou a formação de um grande exército de cristãos que peregrinou armado em direção ao Oriente para conquistar Jerusalém. Era a primeira Cruzada, um movimento predominantemente religioso. Todo o desenrolar do período Templário veio devido à formação dessa memória coletiva, que consequentemente gerou a Primeira Cruzada e a tomada de Jerusalém em 1099.

A criação da Ordem surge do desdobramento das necessidades do rei de Jerusalém Balduíno II (consequência da primeira Cruzada), que precisava proteger os peregrinos, e dos nove cavaleiros que deram início à Ordem (busca da salvação por meio da memória coletiva), devido à grande devoção religiosa e à busca pela salvação. A peregrinação aumenta devido a dois fatores. O primeiro vem com a tomada de Jerusalém em 1099 pelos católicos, os heróis da Primeira Cruzada, pois Jerusalém voltava às mãos católicas. O outro fator vem depois da primeira cruzada, com a proposta de povoamento do rei de Jerusalém Balduíno II, a partir do ano de 1100.

A peregrinação até a Terra Santa era bastante perigosa, pois os islâmicos ficavam escondidos esperando o momento certo para assaltar e assassinar os cristãos. O ponto mais crítico deste caminho ficava entre o porto de Jafa e Jerusalém, como pode ser observado no relato de um peregrino nórdico de nome Saewulf.

Fomos de Jafa até a cidade de Jerusalém, uma viagem de dois dias por uma estrada montanhosa, cheia de pedras e muito perigosa. Pois os sarracenos, sempre armando ciladas para os cristãos, ficam escondidos nos pontos ocios das montanhas e nas cavernas das rochas, vigiando noite e dia, sempre à espreita daqueles que podem atacar por estarem em grupos em grupos pequenos ou daqueles que por cansaço ficaram para trás em relação a seu grupo. (BURMAN, 2011, p. 14).

Com o relato de Saewulf pode-se observar como eram ameaçadoras as empreitadas islâmicas, mas nem sempre foi assim. Antes da tomada de Jerusalém os Islâmicos permitiam a peregrinação cristã, mas de acordo com suas normas. Depois de 1099, com a perda de Jerusalém, os saques islâmicos aumentaram, tornando-se uma retaliação aos católicos.

Os assaltantes vinham da fortaleza de Ascalão e assombravam o reino de Jerusalém, pois eram cada vez mais ousados ao atacar. No ano de 1113 o exército de Ascalão conseguiu chegar até as muralhas de Jerusalém, em 1115 quase conseguiram tomar o porto de Jafa, que durante a tentativa foi brutalmente saqueada, mas o estopim veio em 1119, como pode ser observado nas palavras de Karen Ralls:

Uma situação já tensa, por conseguinte, tornou-se insustentável. Na páscoa de 1119, os sarracenos mataram trezentos peregrinos e fizeram sessenta prisioneiros. Obviamente, os líderes da cristandade queriam reagir a essa crise, daí nasceu a ideia de uma instituição que combinasse um estilo de vida religiosa com uma função militar. (RALLS, 2006, p. 48-49).

Havia a necessidade de povoar Jerusalém para movimentar econômica e militarmente o reino latino do Oriente, pois só assim poderiam consolidar o reino das ameaças islâmicas. O Rei deveria proteger a peregrinação em direção à Terra Santa, porém não tinha forças para destruir o exército Islâmico de Ascalão. Devido a esse fato tem a ideia de criar uma ordem que defendesse a crítica rota de Jafa a Jerusalém, como pode ser observado nas palavras de Ralls. O estopim vem na Páscoa de 1119, com o massacre de trezentos peregrinos, e acelera o processo de criação da ordem, mas ainda faltava o mais importante, os cavaleiros.

Segundo o arcebispo Guilherme de Tiro, em 1119 surge a origem dos Cavaleiros Templários:

Nesse mesmo ano [1119], certos nobres devotos e tementes a Deus, pertencentes à categoria dos cavaleiros, dedicados ao senhor, manifestaram o desejo de viver perpetuamente na pobreza, na castidade e na obediência. Na mão do patriarca, prestaram o juramento de servir a Deus como cônegos comuns. Os principais e mais ilustres dentre esses homens eram o venerável Hughes de Payens e Geoffroi de Saint-Omer. Como eles não possuíam uma igreja nem residência fixa, o rei concedeu-lhes um local de moradia temporária em seu próprio palácio, no lado norte do Templo do Senhor, também lhe davam um bloco pertencente aos cônegos perto do mesmo palácio, onde a nova ordem podia exercer os deveres de sua religião. (BURMAN, 2011, p. 18).

O relato de Guilherme de Tiro nos mostra que em 1119 certos nobres devotos de Deus e ilustres cavaleiros se apresentam ao Rei Balduíno II oferecendo seus serviços militares em troca das remissões de seus pecados, pois acreditavam que se matassem ou morressem em batalha pelo nome do senhor conseguiriam o perdão, visão criada pelo Papa Leão IV em 848, quando garantiu o perdão daquele que morresse lutando em prol da igreja na empreitada contra os sarracenos que ameaçavam invadir Roma. O Papa Urbano II reforça essa visão ao lançar a Primeira Cruzada, já no século XI. A partir desse momento não faltavam mais cavaleiros para o Rei de Jerusalém criar a ordem, o soberano então os aceitava. Os cavaleiros fizeram três votos sacros, de pobreza, de castidade e de obediência, e assim iniciou-se um novo sentido militar-religioso que só se concretizou com a criação da Ideologia Templária (1128), mas neste momento começaram a fundir-se os poderes militares e religiosos, era a união da cavalaria com o monasticismo. Surgia a contradição Católica sobre o mito das três ordens separadas e criadas por Deus, a dos *Oratores*, dos *Bellatores* e dos *Laboratores*. Os Templários militarmente surgiam como uma síntese entre essas duas categorias, mais especificadamente da união dos *Oratores* com os *Bellatores*. Fazendo uma observação pode-se assemelhar esse acordo entre os Cavaleiros com o Rei de Jerusalém com o pacto Feudo-vassálico. O Rei, em troca das obrigações militares, lhes daria comida, vestimentas e moradia. A habitação seria na parte da ala sul do “Templo do Senhor” e que era chamado de Mesquita de al-Aqsa, e que antes era conhecido como Templo do Salomão. Este último deu origem ao nome da Ordem.

Criou-se em 1119 a Ordem dos Pobres Cavalheiros de Cristo e do Templo de Salomão ou apenas Cavaleiros Templários, no qual o principal objetivo da sua criação pode ser observado nas palavras do Arcebispo e cronista das Cruzadas Guilherme de Tiro:

O principal dever dessa ordem – aquele que lhes foi prescrito pelo patriarca e pelo outro bispo para a remissão de seus pecados – foi que, até onde sua força permitisse, eles deveriam manter as estradas livres da ameaça de ladrões e salteadores, com atenção especial à proteção dos peregrinos. (BURMAN, 2011, p. 21).

Com estas palavras pode-se compreender que neste primeiro momento a Ordem do Templo surge com o único objetivo de guardar as perigosas estradas e assim proteger os peregrinos da ameaça islâmica.

Todos os cavaleiros que iniciaram a Ordem tinham ligações de parentesco, pois vinham de linhagens borgonhesas e flamengas, situadas na região de Troyes, em Champagne. Os seus nomes são: Hugues de Payens, Geoffroi de Saint-Omer, André de Montbard, Gundomar, Godefroy, Roral, Geoffrei Bisol, Payen de Montdésir e Archambaud de Saint-Aignan. O primeiro foi o mais importante na criação desta nova empreitada militar. Era um homem de grande fé, de humildade e de nobre perseverança. Um homem de profundos valores espirituais, além de um excelente cavaleiro e um veterano da primeira cruzada. Após o Concílio será eleito como o primeiro Grão-Mestre desta promissora Ordem e muitos historiadores afirmam que ele teria sido o criador da Norma Primária ou o que mais influenciou na sua inscrição.

Nesses nove anos até o concílio eles viveram sob a ajuda do rei. Eram literalmente pobres cavaleiros, mas isso não os limitaria no campo de batalha. Eram fabulosos cavaleiros, que a partir daquele momento lutariam em nome de Cristo contra a ameaça islâmica, com o objetivo de proteger e banir os infiéis das terras sagradas de Jerusalém.

3 O CONCÍLIO DE TROYES (1128)

Antes de entrar de fato nas causas e nas consequências do Concílio devemos discorrer sobre o mais novo incentivador da Ordem, um influente religioso chamado Bernardo de Clairvax, que será muito importante na aprovação da Ordem e na elaboração da Norma Primária, junto com Hugues de Payens. Payens desejava a aprovação papal da Ordem e a criação de uma regra para conseguir a sobrevivência e a expansão dos Templários.

Bernardo era descendente de um dos nove Cavaleiros iniciais, e também nasceu na mesma região dos nove, Champagne. Foi um cavaleiro até os vinte anos, idade na qual se converteu. Com a conversão se dedicou às ordens e às causas religiosas. Sua trajetória religiosa foi brilhante. Sob seu comando, de 1118 até 1152, fez com que a Ordem de Cister passasse de sete abadias para 328, e é daí que vem o seu poder religioso. Este fato pode ser observado pelas palavras de Edward Burman: “[...] teve poder suficiente para repreender publicamente bispos, arcebispos e reis (Luís VI e Luís VII da França), sem medo de represália, e foi convocado para servir de árbitro em eleições episcopais impugnadas”. (BURMAN, 2011, p. 31-32).

Esse era o poder do homem que agora apoiava a Ordem do Templo e que incentivou a elaboração do Concílio. Ele tinha tanta influência que repreendia bispos sem sofrer nenhum repúdio. Tudo em que esse homem colocava seus desejos dava certo e com a Ordem dos Templários não foi diferente. Era tão poderoso e influente que somente seu apoio já era garantia de sucesso. Um Cavaleiro e um homem tão exemplar que muitos pensam que ele fosse o próprio Galahad, o cavaleiro perfeito.

Bernardo estabeleceu a cidade de Champagne para a elaboração do Concílio. A reunião estaria sob a sua supervisão. Apoiando e arbitrando o Concílio, estava claro que nada daria errado. Bernardo aprova totalmente os pedidos de Hugo de Payens e proporciona a aprovação papal e a criação da Regra. O Concílio de Troyes de 1128 estabelecia os pilares para a inversão econômica, pois criou os princípios básicos para a expansão demográfica, econômica e política que colocaria os Templários como um dos maiores influenciadores do cenário Europeu.

A Regra latina ou Regra Primária foi composta inicialmente com 72 parágrafos, mas se tornou 76 quando foi traduzida para o francês. Será analisado o parágrafo §57, da edição de 1886 de “A Regra do Templo”, de Henri de Curzon, que representa a Regra Primária da época da elaboração do Concílio.

(§57) Este tipo de nova Ordem nasceu, cremos, das sagradas escrituras e divina Providência na Sagrada Terra da Provação. Isto significa que esta companhia armada de Cavaleiros pode matar os inimigos da cruz sem pecar. Por esta razão julgamos que vocês são acertadamente chamados Cavaleiros do Templo, com duplo mérito e beleza pela probidade e que podem ter terras e homens, vilas e campos e governá-los justamente, e ter seu direito a eles conforme especificamente estabelecido.¹

No parágrafo 57 pode ser observada a união entre a cavalaria e o monasticismo, devido ao fato da legalização do assassinato de infiéis em nome de Cristo. Criou-se uma saída para os Cavaleiros e a formação de uma nova classe militar, antes os cavaleiros eram condenados ao pecado pelo simples fato do seu ofício, que era matar. A condenação divina vinha devido ao Sexto Mandamento, não matarás. Outro aspecto deste parágrafo, e que foi de grande importância para a expansão da Ordem para inversão político-econômica, é a legitimidade a qual eles poderiam adquirir terras e homens. Isso formaria um pilar econômico e político, a qual seria a sustentação da Ordem por séculos. Era a inversão social, eles passariam de pobres cavaleiros a grandes financistas e conselheiros monárquicos. O fato de legitimar a doação não quer dizer que antes do concílio não tivesse ocorrido doações; pode-se exemplificar com o próprio Hugues de Payens, que cedeu parte de seus bens para constituir a Comenda de Payens, construindo o primeiro patrimônio do Templo.

A aprovação papal foi muito importante para a Ordem do Templo devido à questão das doações. A Ordem deixou de ser uma organização clandestina para se tornar uma Ordem com reconhecimento na suprema cúpula Católica, foi aceita e apoiada pelo Papa. Esse reconhecimento foi fundamental para acelerar o processo de doação e calcificar a sua existência.

4 O MOVIMENTO ECONÔMICO DA ORDEM DO TEMPLO PÓS CONCÍLIO DE TROYES

A meta para a Ordem depois do concílio era enriquecer para financiar as empreitadas anti-islâmicas nas terras de Jerusalém. Essa meta começou a ser traçada bem cedo, tudo começou logo depois do Concílio, devido à aprovação e à liberdade cedida. A Ordem passou por uma grande expansão demográfica e territorial pela Europa, o processo de recrutamento iniciou e as doações aceleraram, como observa Edward Burman:

O primeiro sucesso, e o mais óbvio dele, foi na própria França, especialmente em Borgonha. A campanha de recrutamento prosseguiu por lá por vários anos, com um grande número de cavaleiros ingressando na Ordem em 1133[...] Hugues visitou a Inglaterra e a Escócia logo depois e, ao que tudo indica, recebeu doações em terras e dinheiro em ambos os países[...] Os Templários também apareceram na Espanha no período de 2 anos que sucedeu o Concílio de Troyes. [...] Uma rápida expansão na Península Ibérica foi facilitada por favores concedidos aos Templários pelos governos da Catalunha e de Aragão, em retribuição pela ajuda na reconquista do território

¹CURZON, Henri de. **A regra do templo**. Tradução de Márcio M. de Oliveira. [s.l.]: [s.n.], 1999. Disponível em: <<http://www.hermanubis.com.br/artigos/BR/0002AAAAAasregrasdotemplo.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

espanhol das mãos dos mouros durante a década de 30 do século XII [...] Alfonso I[...] Deixou um polêmico testamento que dava um terço de seu reino aos Templários. [...] Foram dadas terras em Aragão, Catalunha, Valença, Maiorca e Andaluzia. (BURMAN, 2011, p. 38-40).

Pode-se observar, à proporção que a Ordem estava tomando pouco depois do Concílio, que em poucos anos passaram de pobres Cavaleiros sustentados pelo Rei de Jerusalém a pobres cavaleiros dentro de uma rica Ordem autossuficiente. Nos anos seguintes continuaram recebendo doações e concessões financeiras, como pode ser observado nas palavras de Edward Burman:

Existem cerca de seiscentos privilégios concedidos à Ordem sob a liderança de Hugues de Payens e Robert Craon, com metade desse número na Provença e Languedoc, um terço no nordeste da França e Flandes, e o restante na Inglaterra, Espanha, Portugal e em outros lugares da França. Eles abrangem direitos de terras e outros direitos, tais como mercado e feiras, rendimentos, casas, prebendas, dízimos, aluguéis, anuidades, servos feudais, servos com família, escravos mouros e judeus espanhóis. Essa rápida expansão demonstra a nova importância atribuída aos Cavaleiros Templários depois do Concílio de Troyes... Antes do final da década de 30 do século XII, já estava no caminho de sua riqueza e de seu poder posteriores. (BURMAN, 2011, p. 42).

As palavras de Burman mostram a importância que a Ordem tomou nos 10 anos após o Concílio. Ela enriqueceu rápido devido às doações e aos privilégios concedidos. Estava dada a partida para a inversão econômica, os Templários tornar-se-iam grandes proprietários e ficariam cada vez mais ricos. A sua riqueza surgiu das doações e dos privilégios, mas não permaneceu apenas nelas. A Ordem multiplicou sua riqueza por meio de empréstimos, proteção de tesouros (guardavam e protegiam capital de Reis, nobres e comerciantes), comércio e das terras.

Devido ao sucesso que a Ordem estava tomando nos 10 anos seguintes, deve-se observar uma importante bula que os libertaria para agir livremente em nome do vosso senhor o Papa. Esta bula se chama *Omne Datum Optimum*, de 1139, surgida apenas 11 anos depois do concílio. A bula libertou os Templários de toda a autoridade eclesiástica, exceto o Papa. O objetivo dado à Ordem em seu início, que era proteger a rota em nome do rei de Jerusalém há vinte anos, mudaria. A Ordem será submissa apenas ao Papa e o objetivo agora é defender a terra do senhor, os lugares santos de Jerusalém. Ela se tornara uma Ordem internacional. Tudo que os Templários fariam a partir de 1139 teria como objetivo lutar contra todos os inimigos da cruz. O fato de a Ordem se tornar defensora direta do Papa fez com que as doações aumentassem. Os reis e nobres que apoiavam o papado doavam de bom grado à Ordem que defenderia a Terra Santa. Com isso, conclui-se que a bula *Omne Datum Optimum* foi importante para o desenvolvimento econômico e político da Ordem, diria que a bula deu uma nova aceleração às doações.

Com as doações a Ordem recebeu muitas propriedades de famílias aristocráticas, de novos cavaleiros recrutados, de reis e de soldados capturados, receberam bens como igrejas, terras agrícolas, moinhos, portos, aldeias e outras. As doações vinham devido à promessa de salvação. Várias doações vieram dos próprios Cavaleiros que entraram na Ordem, lembrando que ser Cavaleiro era custoso, e logo a grande maioria era nobre feudal dedicado à arte da guerra. Um dos votos básicos para entrar na Ordem era o voto de pobreza, por isso ao serem recrutados esses cavaleiros entregavam tudo que tinham, normalmente deixavam terras e capitais para a Ordem. Será que isso explica a explosão demográfica que a Ordem sofreu? Uma rápida expansão de nove cavaleiros para milhares em menos de duas décadas após o Concílio?

As obtenções das terras foram feitas por meio de doações, conquistas (cruzadinhas na região ibérica) e compras (A Ordem comprou a ilha de Chipre por mil dinares do rei Ricardo da Inglaterra). As terras com dificuldades de fertilidade os Templários arrendavam em forma de aluguel para economizar nos gastos de cultivo, e nas férteis eles cultivavam normalmente, surgindo assim os “monges-fazendeiros”, que deveriam entregar uma parte da colheita ou um valor capital. Exemplo disso são os estúbulos em Cressing e Essex, na Inglaterra. Outra fonte de capital eram os moinhos. Eles eram muito lucrativos para a Ordem, pois onde produzissem grão era necessário o uso do moinho para triturar, e como existiam poucos moinhos no século XII, os Templários poderiam de certa forma monopolizar e cobrar bons tributos.

Os Templários também lucravam muito com as feiras, a de maior importância era a de Champagne, que em seu auge chegava a realizar seis eventos por ano, sendo uma das feiras mais importantes da Europa. Nela se comercializavam mercadorias entre a Europa, o Mediterrâneo e o Oriente Médio. Os Templários tinham total privilégio nas feiras de Champagne e essa regalia foi concebida pelo rei francês Filipe de Valois. Eles aumentavam as taxas cobradas sobre a venda de acordo com as suas necessidades. Era uma das minas de ouro da Ordem.

A Ordem desenvolveu um modelo de obtenção de capital pelos castelos, era o modelo Feudal. Ter castelo levava ao controle do território circundante, da renda e dos serviços. Este modelo acelerou o enriquecimento da Ordem no século XII. Havia dois modos de obtenção de castelo, no começo faziam por meio da conquista e doações, e mais tarde tenderam a comprá-los. Bagras foi um exemplo de domínio feudal pela conquista, esse castelo ficou nas mãos dos Templários de 1216 a 1268; na questão das doações temos como exemplo os feudos de Belfort e Sidon, que passaram para os Templários depois que os seus senhores laicos viram que não conseguiriam mais defendê-los. Esse modelo feudal foi decaindo de acordo com as suas perdas para os inimigos islâmicos, mas essa estratégia foi muito importante para juntar capital para as futuras transações financeiras.

A navegação é outra área de atuação dos Templários, como pode ser observado nas palavras de Karen Ralls:

Os Templários precisavam de barcos para transportar seu dinheiro, assim como produtos agrícolas, cavalos e pessoal para o Oriente. Eles também ofereciam transporte seguro para os peregrinos – mais seguro e mais barato do que contratar uma transportadora comercial. Estas teriam navios pesados de transportar em vez de navios de guerra [...]. (RALLS, 2006, p. 41).

Como cita Ralls, até a navegação se torna um modo de obtenção de capital dos Cavaleiros Templários, que obteriam esses valores através de transporte de mercadoria e de peregrinos. Quem negaria uma travessia protegida pela Ordem dos Templários a preço baixo e a boa proteção? Os peregrinos optaram pelo serviço marítimo da Ordem devido à proteção militar e pelo fato de não correrem o risco de serem vendidos como escravos, fato comum nas travessias marítimas sobre os navegadores Pisanos e Genoveses. O comércio marítimo se tornou uma boa oportunidade de obter capital.

Os Templários com as suas atividades conseguiram juntar uma grande soma de riquezas, com esse acúmulo começaram uma nova empreitada por meio dos empréstimos. A Ordem emprestava valores a Reis, Papas e a eminentes mercadores e em troca cobrava uma “taxa de administração”, taxa essa que mascarava o empréstimo a juros, já que os juros eram condenados pela própria religião

devido à usura, um dos sete pecados capitais. O empréstimo a juros se tornou o principal serviço financeiro da Ordem, este fato pode ser observado nas palavras a seguir de Edward Burman.

Na Espanha, a Ordem foi praticamente a única instituição a emprestar dinheiro, já que os banqueiros toscanos foram banidos por Jaime I... Na França, os templários foram banqueiros para a casa real por mais de um século, ao passo que o rei João e o rei Henrique III da Inglaterra recorreram a fundos templários em várias ocasiões... No Oriente, Balduíno de Constantinopla deu a cruz verdadeira como fiança para um empréstimo feito com os Templários na Síria latina em 1240 [...]. (BURMAN, 2011, p. 106)

Nesse relato pode ser observado o ponto principal da economia da Ordem, é dentro desse sistema de empréstimo por juros “mascarado” (pois dizia que era uma taxa administrativa, isto sombreava o pecado da usura) que a Ordem achava o seu maior empreendimento econômico. De todas as atividades de enriquecimento que a Ordem utilizava essa foi a que mais lucratividade trouxe. Era muito rentável porque não necessitava de um investimento material e nem mão de obra para ação e manutenção. Quanto à questão de calote é questionado: Quem teria a coragem de dever para uma Ordem divina do Papa, sabendo-se que o grande objetivo da época era a salvação pelo líder Católico? Assim tornaram-se o “banco” da Europa Católica.

Outro sistema econômico usado pela Ordem era um modelo parecido com a atual Carta de Crédito:

Viajar no Século XII era muito perigoso. Os bandidos ocupavam todas as florestas e até controlavam cidades e aldeias. Era, portanto, bastante arriscado levar alguém em segurança de uma região para outra, quanto mais transportar grandes quantias em dinheiro... Os Templários resolveram esse problema... Por exemplo, um mercador de Bristol, na Inglaterra, que quisesse realizar uma transação financeira em Paris simplesmente depositaria um valor predefinido em um estabelecimento templário de sua própria cidade. Em troca, ele receberia uma nota promissória cifrada- item que não teria serventia alguma para um possível ladrão. Nosso mercador então viajaria para Paris, sem precisar carregar o dinheiro, e se dirigiria imediatamente à sede dos templários na cidade. Com a apresentação da nota e uma prova de sua identidade, ele retiraria o dinheiro em moeda local menos uma taxa de manuseio. (RALLS, 2006, p. 31).

A citação mostra que a Ordem faria a proteção de capital em troca de uma taxa de administração que novamente mascarava o verdadeiro significado (juros). Alguns historiadores acreditam que esses dois modelos econômicos, a de emprestar dinheiro a juros e a de transportar valores através de uma carta de crédito tenha sido copiado e usado pelos futuros bancos italianos. Muitos acreditam que os Templários tenham sido os pioneiros dessas atividades.

A economia da Ordem chegou a seu auge, os Templários enriqueceram de tal forma que emprestavam dinheiro para toda Europa, além de financiar as Cruzadas e a manutenção dos Militares. A Ordem se tornou a maior força da Cristandade contra o exército de infiéis. Depois de uma grande caminhada financeira e demográfica, a Ordem estava nas Cruzadas como a força militar e financeira dos católicos, o seu sistema próprio de obtenção de capital fez com que a Ordem se mantivesse na guerra durante dois séculos de forma contínua.

Uma observação que deve ser feita sobre o enriquecimento da Ordem é que essa busca pelo lucro não ocorreu em uma lógica de acumulação e de ostentação, não é um capitalismo primitivo, e sim o meio de financiar os empreendimentos Católicos. Esse programa econômico foi desenvolvido para acumular fundos para custear a luta contra os infiéis.

Assim como na economia, a Ordem atinge o ápice na política de forma meteórica, os cavaleiros conseguem alcançar cadeiras confiáveis como juízes, conselheiros, diplomatas e tesoureiros. Na Inglaterra eles ocuparam lugares como Juízes ao presidirem tribunais de questões criminais, exceto quando ocorriam delitos graves, este último era presidido pela Tribuna Real. Como conselheiro pode-se observar o caso de Aymeric St. Mawr, mestre dos Cavaleiros Templários na Inglaterra como conselheiro do Rei João, e que estava ao seu lado quando este assinou a Carta Magna em 1215. Como diplomata pode-se citar Évrard de Barres, que negociou com o imperador bizantino Manuel a passagem da segunda cruzada por Constantinopla. Na tesouraria temos como exemplo Jacques d'Ollers, que era um dos dois comendadores da casa do Mas Deu que geria a economia, em Maiorca. Na corte do papa, os templários serviam como tesoureiros, mensageiros, juízes adjuntos, mestres-de-cerimônias e porteiros, enfim, ocupavam cargos de confiança.

A força dos Templários desde o Concílio de Troyes até a sua supressão veio pelos aspectos econômicos e políticos. A Ordem reinou por toda a Europa por quase dois séculos, até que começaram a se impopularizarem devido às derrotas militares no Oriente, derrotas que por fim fizeram perder a cidade de Acre para os sarracenos, e esta era a última esperança de resistência do Ocidente Católico contra o Oriente Islâmico. O objetivo de retomar Jerusalém ficou distante e a culpa ficou com a arrogância dos Templários. Com a moral fraca ficou mais fácil para o rei Franco colocar o seu plano em prática; ele julgou e condenou os Templários por heresia em 1314, depois de sete anos de prisões, torturas e assassinatos, fato consumado pelo ganancioso rei Filipe IV ou simplesmente Filipe o belo. Ele conseguiu decretar a supressão da Ordem juntamente com o papa Clemente V, e este último no começo lutou contra a supressão da Ordem, mas no fim acabou cedendo ao rei francês. Assim que a Ordem caiu, o Rei Filipe IV encerrou sua dívida financeira com os Templários e se apossou de todas as riquezas que estavam na França. Quanto às terras, parte delas foram vendidas e outra parte o Rei cedeu para a Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém. Era o fim da Ordem, depois de chocar-se com o início da formação do Estado Moderno, e a necessidade desse Estado Moderno francês ficou à frente dos interesses religiosos. A alta Idade Média começava a mostrar a força que a centralização do poder e o nacionalismo fariam contra a riqueza e o poder da Igreja Católica. O maior exemplo desse choque virá com Henrique VIII, em 1534, quando este negará o Catolicismo e aceitará o Anglicanismo como Religião oficial. Com a queda do Catolicismo o rei irá se apossar das propriedades que ficaram na Inglaterra, parecido com o que Filipe fez com a Ordem do Templo há duzentos anos. Sabendo que da própria França saíram os nove cavaleiros iniciais, e onde ocorreu o Concílio de Troyes, fica claro que era lá que estava a maior parte das riquezas dos Templários. Assim como foi meteórica a sua ascensão também foi a sua destruição, a mesma riqueza que trouxe os anos de glória foi a que trouxe a cobiça e a ambição de Filipe, e foi dela que veio a força para a sua supressão em 1314.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, foi pelo parágrafo 57 da Norma Primária que a Ordem teve a total condição legal de adquirir bens, terras e homens. Por meio disso consolidaria a sua força econômica e conseqüentemente a política. Nos 10 anos seguintes ao Concílio a Ordem já mostrava uma grande expansão demográfica, econômica e política.

Na questão demográfica os Templários passaram de nove cavaleiros para milhares em toda Europa, sabendo que apenas uma pequena parte era cavaleiro, pois esses números englobavam todos aqueles que de alguma forma eram fiéis e ajudavam os militares e a Ordem. Como foi observado durante a pesquisa, a expansão demográfica ajudaria na expansão econômica, já que a introdução de novos membros fazia aumentar as doações, os novos membros faziam o voto de pobreza e deixavam tudo ou quase tudo que tinham para a Ordem do Templo. O Cavaleiro na Idade Média, em sua maioria, é um nobre, com isso pode-se imaginar como a Ordem cresceu ao recrutar milhares de homens por toda a Europa.

Na economia eles começaram recebendo doações, mas logo passaram a fazer a sua própria renda por meio das terras, navegações e feiras. O auge da economia da Ordem vem com as transações econômicas pelos empréstimos e de um modelo parecido com a atual carta de crédito, uma atividade muito parecida com os futuros bancos. A Ordem passava de pobres cavaleiros sustentados pelo rei de Jerusalém para uma Ordem sólida, com uma grande economia, que emprestava capital para reis, papas e comerciantes. Além de financiarem todas as cruzadas que surgiram durante sua existência, precisamente da segunda cruzada à oitava a Ordem se tornou a grande força econômica da Europa. Junto com o auge econômico vem a meteórica ascensão política, pois eles chegaram aos postos de conselheiros, juízes e diplomatas por grande parte da Europa.

O Concílio de Troyes construía os dois pilares que sustentaram a Ordem por quase dois séculos, os pilares econômico e político. Foi o Concílio que libertou a Ordem para inversão político-econômica, pois eles passaram de nove pobres cavaleiros para milhares de cavaleiros pobres, mas dentro de uma Ordem rica que emprestava dinheiro para reis, financiava as lutas contra os infiéis e armava os seus bravos cavaleiros, além de terem postos políticos de grande confiança como diplomatas, conselheiros e juízes. O Concílio de Troyes os libertou para os anos de glória e poder; caso não ocorresse o Concílio provavelmente não teria longa vida, pois viveria na clandestinidade e sem o mais importante: o apoio econômico (As doações, o motor inicial da Ordem). O Concílio de Troyes foi a chave para a inversão econômica da Ordem do Templo e com isso foi fundamental para a sua sobrevivência. Pode-se concluir que sem o acontecimento em Troyes a Ordem estava fadada à precoce destruição.

THE ECONOMIC REVERSAL THE TEMPLE ORDER

ABSTRACT

The problem exposed in this paper aims to make the reader understand how the Temple Order economic reversal developed itself, how simple knight became the largest economy in Europe. This abstract speak about the economy of the Temple by examining the Council of Troyes, but specifically from the Primary Rule on Paragraph 57. This summary goal is to make the reader understand the importance of the council, comparing the Temple before and after the Council of Troyes. The methodology used was based on research and analysis from medieval texts and specialists. The result acquired was that the council was essencial to the Order and to the economic reversal survival, upgrading from a basic Order to a rich and influential religious Order Catholicism.

Keywords: Order of the Temple. The Council of Troyes. Inversion political-economic. Catholicism.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURMAN, Edward. **Templários: os cavaleiros de Deus**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 11-226.

DEMURGER, Alain. **Os Templários: uma cavalaria cristã na idade média**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses**. Lisboa: Estampa, 1978.

_____. **A sociedade Cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As três ordens ou o imaginário do Feudalismo**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

FLORI, Jean. **A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O Feudalismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **As Cruzadas**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **O ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A Idade Média: o nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 366-419.

_____. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007a.

_____. **O Deus da Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2007b.

RALLS, Karen. **Os Templários e o Graal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 17-172.